

**HABEAS CORPUS Nº 552.571 - RJ (2019/0376874-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : PAULO RENATO FORTUNATO DA SILVA JUNIOR E  
OUTRO  
**ADVOGADOS** : JOSÉ WILTON FRANCO FIGUEIRA - RJ128974  
PAULO RENATO FORTUNATO DA SILVA JUNIOR -  
RJ0211232  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO  
**PACIENTE** : DIEGO JÚNIOR DE SOUZA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO

**DECISÃO**

**DIEGO JÚNIOR DE SOUZA SILVA** alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 0063099-75.2019.8.19.0000, em que **foi mantida a sua prisão preventiva**.

Cautelarmente segregado desde 11/9/2019 pela suposta prática "do delito tipificado no art. art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 10.826/2003 e art. 329, § 1º, do Código Penal" (fl. 37), requer o paciente **a revogação de sua prisão preventiva**, porquanto "não estão presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, sendo imperiosa a concessão da ordem para que seja revogada a prisão. Na verdade, a autoridade impetrada, ao decretar a prisão preventiva, inverteu completamente o dever constitucional de motivação das decisões judiciais e a presunção constitucional de não-culpabilidade, atribuindo ao ora paciente o ônus de provar a ausência dos requisitos de cautelaridade previstos no art. 312 do CPP" (fl. 7).

**Não concedida a medida liminar** e prestadas as informações, foram os autos ao Ministério Público Federal, que pugnou pelo não conhecimento do habeas corpus.

**Decido.**

O Juízo de primeiro grau, ao homologar o flagrante e convertê-lo em prisão preventiva, apontou que:

[...] trata-se de crime grave, em que o custodiado trazia consigo quantidade considerável de droga para venda. As circunstâncias e a forma que o crime teria sido praticado, sobretudo pela notícia de que o custodiado, vulgo "Esquilo" estava em posse de arma de fogo no interior da Comunidade do Salgueiro e estaria foragido. Consta do auto de prisão em flagrante que **policiais militares, em operação para repressão de roubo de carga e tráfico de drogas, avistaram cerca de seis elementos fortemente armados com fuzis e pistolas em punho. Diante da presença dos policiais, os elementos se dispersaram e efetuaram disparos de arma de fogo contra os agentes, com a prisão do custodiado.** Os policiais prosseguiram com a operação e entraram no bar "Boa do Salgueiro", oportunidade em que os indivíduos que lá estavam fugiram. Um deles, no entanto, não conseguiu fugir e se entregou. Com ele foi apreendida a arma de fogo descrita nos autos.

**A gravidade em concreto da conduta é acentuada, já que foram efetuados diversos disparos de arma de fogo na direção de policiais, colocando em risco não apenas a vida destes, mas de todos aqueles que passavam pelo local.**

Ressalte-se que os policiais militares narraram que o custodiado é conhecido por ser o chefe do tráfico na Comunidade do Salgueiro e estava em porte de arma de fogo, destacando-se que as armas de fogo são empregadas em outros crimes.

Assim, evidente a necessidade da manutenção da prisão preventiva do custodiado como medida de garantia da ordem pública, sobretudo porque crimes como esse vêm comprometendo a segurança de moradores da cidade de São Gonçalo, que esperam uma atuação do Poder Judiciário, ainda que de natureza cautelar, com vistas ao restabelecimento da paz social concretamente violada pela conduta do custodiado.

[...]

Destaque-se que o custodiado já ostenta condenação por tráfico de drogas e associação, responde a outro processo pelo mesmo fato, suspenso pelo artigo 366 do CPP. Além disso, há mandado de prisão em seu desfavor por crime de roubo e encontrava-se foragido. Nesse sentido, sua reincidência não apenas autoriza como torna necessária a sua custódia cautelar para evitar a

reiteração delitiva. Há, ainda, o grave risco à futura aplicação da lei penal, já que o custodiado não vem sendo encontrado para ser citado em processo, o que indica a sua intenção de furtar-se à responsabilidade por seus atos [...] (fl. 31, destaquei).

Urge consignar que a prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

A partir de tais premissas, saliento que "[a] jurisprudência do col. Pretório Excelso, também **enquadra no conceito de garantia da ordem pública a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa**, no intuito de impedir a reiteração delitiva. Precedentes do STF e do STJ" (**HC n. 544.736/PR**, Rel. Ministro **Leopoldo de Arruda Raposo** (Desembargador convocado do TJ/PE), 5ª T., DJe 28/2/2020, grifei).

Nesse sentido:

[...]

3. A orientação jurisprudencial do STF é no sentido de que a necessidade de interromper a atuação de organização criminosa justifica a decretação da prisão cautelar. Precedentes [...] (**HC n. 175.153 AgR**, Rel. Ministro **Roberto Barroso**, 1ª T., DJe-262 Public. 2/12/2019).

[...]

1. A decretação da custódia preventiva para garantia da ordem pública que tem como fundamento a gravidade concreta da conduta, evidenciada pela necessidade de se evitar a reiteração delitiva, bem como de se interromper atividades de organização criminosa, encontra amparo na jurisprudência desta Corte. Precedentes: HC 145.562-AgR, Primeira Turma, rel. min. Roberto Barroso, DJe de 21/5/2018; HC 146.293-AgR, Segunda Turma, rel. min. Ricardo Lewandowski, DJe de 6/8/2018; e HC

150.034-AgR, Segunda Turma, rel. min. Gilmar Mendes, DJe de 14/12/2018 [...] (**HC n. 169.115 AgR**, Rel. Ministro **Luiz Fux**, 1ª T., DJe-169 Public. 5/8/2019).

Dessa forma, percebe-se que o Juízo singular apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial a garantia da ordem pública, **evidenciada pela gravidade concreta da conduta delitiva**, visto que o paciente é suspeito de integrar organização criminosa voltada ao tráfico de drogas, exercendo a liderança do grupo criminoso, tendo sido flagrado em posse de arma de fogo utilizada em troca de tiros com policiais militares, **além do risco de reiteração delitiva**, dado que o réu é reincidente específico.

Ilustrativamente:

[...]

1. O Juízo de primeiro grau destacou que o Paciente seria integrante de grupo ligado à facção criminosa Comando Vermelho, especializado na prática de crimes de roubo com emprego de forte armamento, inclusive fuzis e explosivos, além de tráfico de drogas, até mesmo no interior de presídios e entre Estados da Federação, e ressaltou a necessidade da prisão preventiva para interromper ou diminuir a atuação do grupo criminoso, o que justifica a segregação cautelar para garantia da ordem pública [...] (**HC n. 520.194/RJ**, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, 6ª T., DJe 21/2/2020).

[...]

3. No caso, ficou consignado que o paciente é reincidente específico em relação ao tráfico de entorpecentes. Assim, faz-se necessária a segregação provisória como forma de acautelar a ordem pública e de cessar a reiteração delitiva [...] (**HC n. 551.723/SP**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 27/2/2020).

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**